

O PAPEL DA PSICOLOGIA JURÍDICA NO BRASIL: PRÁTICAS E IMPACTOS NO SISTEMA JUDICIÁRIO*THE ROLE OF LEGAL PSYCHOLOGY IN BRAZIL: PRACTICES AND IMPACTS ON THE JUDICIAL SYSTEM*Juliana Tavares Preto¹Érica Patrícia Félix da Silva²Charles de Sousa Trigueiro³**RESUMO**

Este trabalho aborda a Psicologia Jurídica, uma área que une conhecimentos de Psicologia e Direito para compreender o comportamento humano em contextos legais. A Psicologia Jurídica se tornou uma ferramenta essencial no Sistema de Justiça, auxiliando juízes e outros profissionais na tomada de decisões mais informadas e justas. O objetivo deste estudo é analisar como a atuação dos psicólogos jurídicos contribui para o sistema judicial brasileiro, explorando suas diferentes áreas de atuação e a influência dos conhecimentos psicológicos sobre as decisões judiciais. A metodologia utilizada foi uma revisão de literatura de natureza qualitativa, baseada em estudos e publicações acadêmicas que discutem o desenvolvimento histórico, as definições e as práticas da Psicologia Jurídica. Durante a pesquisa, foram explorados temas como a atuação dos psicólogos em diversas áreas do direito, incluindo o direito de família, penal, civil, trabalhista e a proteção de crianças e de adolescentes. Além disso, foram analisadas as técnicas e os métodos utilizados por esses profissionais para elaborar laudos, mediar conflitos e oferecer suporte psicológico em processos judiciais. Os resultados indicaram que a Psicologia Jurídica desempenha um papel fundamental ao oferecer uma visão mais ampla e humana das questões legais, indo além da simples aplicação das normas jurídicas para considerar aspectos emocionais e comportamentais dos envolvidos. A contribuição dos psicólogos jurídicos é percebida na elaboração

¹ Psicóloga. Bacharela em Direito e Psicologia. Pós-Graduada em Ciências Criminais e Segurança Pública. Mestranda em Direito Internacional na Universidade Autônoma de Assunção (UAA), Assunção/Paraguai. Pós-Graduada em Tribunal do Júri e Execução Penal, pela Lagale. Docente. E-mail: advtavaresjuliana@outlook.com

² Advogada. Conselheira da OAB Olinda. Ganhadora do Prêmio Mirtes Gomes. Honraria da Advocacia Feminina. Mestranda em Direito Internacional, pela Universidade Autônoma de Assunção (UAA), Assunção/Paraguai. Docente. E-mail: ericafelix@hotmail.com

³ Doutor em Ciências Jurídicas, pela Universidade de Santiago de Compostela. Bacharel e Mestre em Direito, pela UFPB. Professor. E-mail: charles.ufpb@hotmail.com

de pareceres técnicos, na mediação de conflitos e na promoção da saúde mental, facilitando uma abordagem mais completa e eficaz dos casos judiciais. Nas considerações finais, conclui-se que a Psicologia Jurídica se consolidou como uma especialidade indispensável no Sistema Judicial, promovendo um diálogo contínuo entre Psicologia e Direito. A atuação desses profissionais contribui para que a justiça seja aplicada de maneira mais justa e humanizada, valorizando a complexidade dos comportamentos e dos contextos envolvidos. Recomenda-se que futuros estudos continuem a explorar novas formas de atuação e métodos que possam aprimorar essa área, fortalecendo sua relevância e impacto na sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Psicologia Jurídica. Sistema Judicial. Comportamento Humano. Direito. Mediação de Conflitos.

ABSTRACT

This paper addresses legal psychology, a field that combines knowledge of psychology and law to understand human behavior in legal contexts. Legal psychology has become an essential tool in the justice system, helping judges and other professionals make more informed and fair decisions. The objective of this study is to analyze how the work of legal psychologists contributes to the Brazilian judicial system, exploring their different areas of practice and the influence of psychological knowledge on judicial decisions. The methodology used was a qualitative literature review, based on studies and academic publications that discuss the historical development, definitions, and practices of legal psychology. During the research, topics such as the work of psychologists in various areas of law were explored, including family, criminal, civil, labor, and child and adolescent protection law. In addition, the techniques and methods used by these professionals to prepare reports, mediate conflicts, and offer psychological support in legal proceedings were analyzed. In conclusion, it can be said that legal psychology has established itself as an indispensable specialty in the judicial system, promoting ongoing dialogue between psychology and law. The work of these professionals contributes to the fairer and more humane application of justice, valuing the complexity of the behaviors and contexts involved. It is recommended that future studies continue to explore new forms of action and methods that can improve this area, strengthening its relevance and impact on society.

KEYWORDS: Legal Psychology. Judicial System. Human Behavior. Law. Conflict Mediation.

INTRODUÇÃO

A Psicologia Jurídica (PJ) é uma área que une os conhecimentos da Psicologia e do Direito, voltada para a compreensão do comportamento humano em contextos legais. Essa especialidade surgiu da necessidade de explorar aspectos subjetivos e emocionais que aparecem em processos judiciais, desempenhando um papel essencial para uma visão mais humana e ampla das situações que envolvem o Sistema de Justiça. Desde as primeiras interações no final do século XIX, com o surgimento da “psicologia do testemunho”, até sua consolidação no Brasil a partir da década de 1960, a PJ tem contribuído para que juízes e outros profissionais do Direito tomem decisões mais informadas e justas.

A busca por uma justiça que seja não apenas rigorosa na aplicação da lei, mas também sensível às complexidades da condição humana, tem levado à crescente valorização da Psicologia Jurídica. Esta disciplina emerge da simbiose entre o Direito – um campo de normas e deveres – e a Psicologia – uma ciência dedicada a desvendar os meandros do comportamento e da mente humana. Apesar de não ter um marco de criação único, sua trajetória histórica reflete o amadurecimento do Sistema Jurídico, que passou a reconhecer que a verdade e a justiça são intrinsecamente ligadas a fatores subjetivos, sociais e emocionais.

O presente estudo se propõe a analisar a trajetória da Psicologia Jurídica, desde seus primórdios até sua consolidação como uma especialidade reconhecida e de atuação indispensável no cenário brasileiro. Para tanto, será examinado o processo de inserção do psicólogo no Sistema de Justiça, suas multifacetadas áreas de atuação e o impacto de sua expertise na tomada de decisões judiciais. Ao final, espera-se demonstrar que a colaboração entre a Psicologia e o Direito não se trata de mera conveniência, mas de uma necessidade fundamental para que a justiça seja percebida e praticada de forma integral, respeitando a totalidade do indivíduo em seu contexto.

O problema de pesquisa que norteia este trabalho é compreender como a PJ auxilia no Sistema Judicial brasileiro, considerando as diferentes áreas de atuação e o impacto dos conhecimentos psicológicos nas decisões judiciais. A questão central é: De que maneira a atuação dos psicólogos jurídicos influencia e amplia a compreensão das questões legais, permitindo uma aplicação da justiça que vai além do enfoque puramente normativo?

A justificativa para a realização deste estudo está na importância da PJ no Brasil e na necessidade de entender melhor as várias funções desempenhadas por profissionais dessa área. Considerando que a PJ se consolidou como uma ferramenta essencial para os tribunais e outros setores do Sistema de Justiça, é importante explorar como ela contribui para a resolução de conflitos, proteção de direitos e promoção da saúde mental dos envolvidos em processos legais. Assim, este trabalho busca evidenciar a

relevância da atuação do psicólogo jurídico e sua contribuição para um sistema judicial mais justo e humano.

Os objetivos deste estudo são: apresentar o histórico e a evolução da PJ no Brasil; explicar as diferentes áreas de atuação dos psicólogos jurídicos; e analisar como suas práticas e pareceres auxiliam na tomada de decisões no âmbito jurídico.

Para atingir esses objetivos, a metodologia adotada será uma revisão de literatura de natureza qualitativa. Serão analisados estudos e publicações acadêmicas que tratam do desenvolvimento histórico, das definições e das práticas da Psicologia Jurídica, bem como suas contribuições para diferentes áreas do Direito. Essa revisão permitirá uma compreensão detalhada da relação entre Psicologia e Justiça, destacando as complexidades e os benefícios dessa interação para a sociedade.

I. CONTEXTO HISTÓRICO NO BRASIL E DEFINIÇÃO

Determinar o surgimento da Psicologia Jurídica é complicado, pois não existe um ponto histórico específico que identifique esse início. Assim,

No final do século XIX, a Psicologia e o Direito começaram a se cruzar, originando a chamada “psicologia do testemunho”. Essa abordagem buscava examinar a credibilidade dos relatos de pessoas envolvidas em processos legais, utilizando métodos experimentais da psicologia. Esse período foi influenciado pelo positivismo, que enfatizava a aplicação do método científico típico das ciências naturais (Altoé, 2001, s.p).

No Brasil, a atuação de psicólogos nessa área começou a ganhar forma na década de 1960, acompanhando o reconhecimento oficial da profissão e a criação dos primeiros cursos de graduação (Gonçalves; Brandão, 2018). Segundo Moreira e Soares (2019), a PJ emergiu da demanda do sistema legal por respostas ágeis, com especialistas lidando com questões que envolvem subjetividade e comportamento. Além disso, a Psicologia contribuiu para expandir as discussões relacionadas às necessidades do Judiciário, integrando conhecimentos de diferentes áreas, incluindo a Psicologia Social.

A inserção da Psicologia no sistema penitenciário se consolidou com a Lei de Execução Penal de 1984, legalizando a função do psicólogo. Historicamente, a compreensão da loucura evoluiu, passando de exclusão e de isolamento para uma abordagem que valoriza fatores psicossociais (Diniz; Carbó, 2022).

No campo Judiciário, os psicólogos inicialmente realizaram diagnósticos e avaliações, e, com o tempo, expandiram suas funções também para o Direito Civil, com a oficialização de suas atividades nos tribunais. Hoje, a PJ é reconhecida e obrigatória

nos cursos de Direito, refletindo uma integração crescente entre essas áreas (Gomes; Constantino; Sani, 2018).

A PJ é uma especialidade da Psicologia que se relaciona com o Direito, visando compreender o comportamento humano em contextos legais. Ela analisa a conexão entre o ser humano e a verdade, valorizando práticas sociais que influenciam essa relação. O objetivo é entender os comportamentos dos envolvidos em processos judiciais, correlacionando a verdade e as ações.

Essa área é uma ferramenta importante para profissionais do Direito, pois ilumina as forças internas que motivam os indivíduos. Assim, a PJ atua como uma ponte entre as duas disciplinas, explorando as interações humanas e a justiça de forma ampla e contextualizada, indo além das normas legais para incluir os motivos e os comportamentos que levam a decisões judiciais.

Conforme destacado por Gonçalves e Brandão (2018), a interseção entre Direito e Psicologia deu origem à Psicologia Jurídica, uma área dedicada a investigar as complexas relações entre Justiça e o Comportamento do ser Humano. Aqueles que trabalham nesse campo são capacitados para resolver disputas relacionadas a questões psicológicas que surgem no ambiente judicial. Eles elaboram laudos e pareceres que se tornam essenciais para que o juiz tome decisões mais informadas e justas, abordando assim os conflitos emocionais e comportamentais de forma abrangente e eficaz (Pretto; Trilha; Thomaz, 2023).

A Psicologia Jurídica, como uma ciência independente, gera conhecimentos que dialogam com o Direito, criando uma interseção entre as duas áreas. Essa interação visa compreender os contextos relacionados a certos comportamentos, oferecendo um respaldo psicológico que pode ajudar o juiz na tomada de decisões, permitindo uma análise que vai além da visão puramente racional das leis (Pretto; Trilha; Thomaz, 2023, p. 188).

A PJ fornece ao psicólogo diversas áreas de atuação, cada uma com suas características e focos bem delineados. Assim, a Psicologia se torna essencial no Sistema de Justiça, pois, ao elaborar laudos avaliativos, fornece aos juízes informações sobre o progresso psicológico dos indivíduos em questão. Esses relatórios sugerem formas de atender às necessidades específicas de cada caso, mas são importantes para ressaltar que a responsabilidade de decidir sobre a pena é exclusiva do magistrado, sem nenhuma interferência do psicólogo (Gomes; Constantino; Sani, 2018).

Assim, a Psicologia Jurídica se trata de uma especialidade essencial que, ao integrar os saberes da Psicologia e do Direito, não apenas enriquece a compreensão das dinâmicas de comportamento, mas também atua como um agente de mudança dentro

do Sistema de Justiça, promovendo decisões mais informadas e justas. A continuidade desse diálogo entre as duas áreas será fundamental para enfrentar os desafios futuros e garantir que a justiça não seja apenas um conjunto de normas, mas uma prática que respeite a complexidade da condição humana.

A primeira interação entre a Psicologia e o Direito ocorreu no fim do século XIX. A colaboração resultou no campo conhecido como “psicologia do testemunho”. O propósito era usar estudos experimentais dos processos psicológicos para determinar a confiabilidade dos depoimentos de pessoas em processos judiciais.

Como Brito (1993) aponta, o objetivo principal era entender se os processos mentais internos de uma pessoa facilitavam ou dificultavam a honestidade de seu relato. O método principal era a aplicação de testes para compreender comportamentos que pudessem ter implicações legais: “processos internos propiciam ou dificultam a veracidade do relato”.

A primeira notícia de criação do cargo de psicólogo no Poder Judiciário foi nos anos 1980 do estado de São Paulo. Segundo Bernardi (1999, p. 107),

Em 1985, ocorreu o primeiro concurso público para a capital de São Paulo, com a criação de 65 cargos efetivos e 16 cargos de chefia (...). O provimento de lei CCXXXVI, do Conselho Superior de Magistratura, regulamentou a atuação dos psicólogos do Tribunal de Justiça, disciplinando as funções nas Varas de Menores e nas Varas de Família e Sucessões cumulativamente.

Em meados dos anos 90, as discussões sobre a Psicologia no Judiciário se expandiram. Além de debater a criação de novas vagas para psicólogos, a conversa também se voltou para o papel desses profissionais. Autores como Miranda Júnior (1998), Bernardi (1999) e Brito (1993) defendiam que a atuação do psicólogo não deveria se limitar à realização de perícias. Esse debate também ganhou destaque em eventos acadêmicos, como o III Congresso Ibero-Americano de Psicologia Jurídica, em São Paulo, em 1999. Nesse Congresso, Saunier (1999, p. 324) questionava:

¿Y cuál es en este entramado el posible lugar del psicólogo?; ¿y cuál su función? Resulta claro que el mayor de los riesgos para el psicólogo es el de establecerse como auxiliar' sustentando un discurso jurídico que lo asimila y lo borra con el solo fin de dictaminar lo verdadero'.

É importante lembrar que já havia psicólogos trabalhando no Sistema Penal brasileiro na década de 90, especialmente após a Lei de Execução Penal de 1984 (Lei nº 7.210, de 1984). Esta Lei determinou que cada unidade prisional deveria ter uma Comissão Técnica de Classificação. Conforme o artigo 7º desta Lei:

Art. 7º - A Comissão Técnica de Classificação, existente em cada estabelecimento, será presidida pelo diretor e composta, no mínimo, por dois chefes de serviço, um psiquiatra, um psicólogo e um assistente social, quando se tratar de condenado à pena privativa da liberdade.

2. POSSÍVEIS ÁREAS DE ATUAÇÃO

O psicólogo jurídico atua ao oferecer sua expertise ao juiz, trazendo uma compreensão psicológica dos envolvidos que vai além da letra da lei. Seu trabalho envolve uma análise detalhada do contexto social, econômico e histórico das pessoas que buscam o Judiciário, considerando aspectos conscientes e inconscientes, além de comportamentos verbais e não verbais (Gomes; Constantino; Sani, 2018).

Na prática, ele realiza avaliações psicológicas, elabora documentos e oferece acompanhamento, aconselhamento, mediação e encaminhamentos. O foco não é apenas reunir provas, mas fornecer indicadores sobre a situação dos indivíduos, garantindo seus direitos e promovendo a saúde mental, com vista ao bem-estar e à recuperação dos envolvidos no processo.

A Psicologia Jurídica abrange diversas áreas de atuação, incluindo questões relacionadas à infância e juventude, como adoção e proteção de crianças em situação de risco, além de intervenções em abrigos. Também se envolve no Direito de Família, lidando com separações, paternidade e disputas de guarda. No âmbito do Direito Civil, abrange interdições e danos psíquicos, enquanto no Direito do Trabalho, foca em acidentes e indenizações. A atuação no Direito Penal envolve perícias e avaliações de insanidade mental. A Psicologia do Testemunho estuda a veracidade dos testemunhos e as memórias falsas, e a Psicologia Penitenciária se dedica ao trabalho com reclusos e egressos. A psicologia policial e das Forças Armadas se concentra na seleção e no suporte psicológico dos profissionais. Além disso, a mediação é aplicada em questões de Direito de Família e Penal, e a psicologia também desempenha um papel importante na defesa e promoção dos Direitos Humanos, incluindo a proteção a testemunhas por meio de programas de apoio. A formação de juízes e promotores também é uma área relevante, com avaliações psicológicas e consultoria. Por fim, a vitimologia aborda o atendimento a vítimas de violência e seus familiares, enquanto a autópsia psicológica avalia características psicológicas com base em informações de terceiros (Leal, 2008, p. 182).

Nesse contexto, o psicólogo jurídico desempenha um papel importante em diversas áreas do Sistema Judicial. No campo do Direito de Família, ele atua na mediação de conflitos, ajudando a amenizar o sofrimento das partes durante separações litigiosas, divisões de bens e disputas de guarda, além de facilitar a transição para a guarda compartilhada, considerando a dinâmica familiar e propondo soluções adequadas. Essa é uma das áreas com maior demanda para esses profissionais (Gracioli; Palumbo, 2020).

Outra atuação significativa é no Direito da Criança e do Adolescente, especialmente em processos de adoção. Nesse contexto, conforme Maia (2018), o psicólogo avalia candidatos conforme requisitos legais, buscando prevenir situações de negligência ou de abuso. Além disso, ele intervém em casos de destituição do poder familiar, enfatizando que a responsabilidade pela guarda de menores não deve ser transferida de forma leviana. O psicólogo também trabalha com adolescentes que cometem atos infracionais, focando na educação e na responsabilidade para facilitar sua reintegração social.

Na esfera do Direito Civil, o psicólogo jurídico é acionado em processos que envolvem indenizações por danos psíquicos e interdições judiciais (Gracioli; Palumbo, 2020). No Direito Penal, sua função pode incluir a realização de perícias para avaliar a periculosidade e o estado mental de réus. Nos processos trabalhistas, ele atua como perito, avaliando a relação entre as condições de trabalho e a saúde mental do trabalhador, além de investigar os danos psicológicos resultantes de acidentes de trabalho, afastamentos e aposentadorias. Nesse contexto, ele elabora laudos que servem como suporte para investigações (Diniz; Carbó, 2022).

Assim, Bernardini (2007, p. 48) ressalta que

A atuação do Psicólogo Jurídico vai além da simples realização de avaliações e elaboração de pareceres. Essa função se destina a resgatar valores, compartilhar vivências e transmitir experiências significativas. Embora não se trate de terapia para indivíduos dissociais, envolve uma série de atividades terapêuticas direcionadas a homens e mulheres que enfrentaram a vida no crime e que têm dificuldades em evitar comportamentos infracionais, particularmente no que diz respeito ao uso de álcool e drogas. Além disso, o papel do psicólogo é fortalecer os vínculos entre o indivíduo e seu contexto familiar e social, ajudando-o a integrar e respeitar os valores que sustentam a sociedade em que vive.

O psicólogo jurídico desempenha um papel importante nos dias de hoje, uma vez que suas análises, pareceres e observações fornecem ao juiz informações essenciais para a tomada de decisões. Isso permite que a lei aplicada não se resuma a um

enfoque rígido, mas leve em conta todo o contexto das diversas situações apresentadas (Pretto; Trilha; Thomaz, 2023).

Nesse sentido, o psicólogo jurídico desempenha uma função essencial no sistema judiciário, colaborando na resolução de casos e promovendo compreensão mais abrangente do Direito em relação aos variados comportamentos que permeiam as questões a serem decididas.

O Código de Ética Profissional dos Psicólogos, no seu capítulo, qual consta “Das responsabilidades e relações com instituições empregadoras e outras”, artigo 4, parágrafo 1º, consagra que

O psicólogo atuará na instituição de forma a promover ações para que esta possa se tornar um lugar de crescimento dos indivíduos, mantendo uma posição crítica que garanta o desenvolvimento da instituição e da sociedade.

Dayse C. F. Bernardi, psicóloga jurídica, do Tribunal de Justiça de São Paulo, define bem como atua o psicólogo perante o Sistema de Justiça: “repousa na possibilidade desse profissional abordar as questões da subjetividade humana, as individualidades dos sujeitos e das relações nos problemas psicossociais, expressos nas Varas da Infância e Juventude, com o contexto social e político que as definem” (Bernardi, 1999, p. 108).

Também existe a importância do trabalho do psicólogo que atua na área de Direito Penal do menor e do adolescente infrator:

na prática isto significava que o Estado podia, através do juiz de menor, destituir determinados pais do pátrio poder através da decretação da sentença de ‘situação irregular’ do menor. Sendo a carência uma das hipóteses de ‘situação irregular’, podemos ter a idéia www.cliqueapostilas.com.br do que isto poderia representar em um país onde já se estimou em 36 milhões o número de crianças pobres (Arantes, 1999, p. 258).

3. OS MARCOS NORMATIVOS DA PSICOLOGIA JURÍDICA E PSIQUIATRIA FORENSE COMO PARTE DO SISTEMA DE JUSTIÇA

A Psicologia, nesse início, se dedicou majoritariamente a perícias, exames criminológicos e pareceres psicológicos. Esses eram criados com base em algumas entrevistas e na aplicação de testes. Para a psicóloga e psicanalista Rauter (1994), o propósito desses pareceres e exames, quando feitos em penitenciárias e hospitais psiquiátricos, “para instruir processos de livramento condicional, comutação de penas, indulto e,

frequentemente”, com a finalidade de “avaliar se um detento pode sair da cadeia ou não, se ele pode retornar ao chamado convívio social, se ele merece uma progressão de regime etc.”. As análises desta autora resultam que “a maior parte do conteúdo destes laudos era bastante preconceituosa, bem estigmatizante, e nada tinha de científico” (...) os exames ou laudos periciais “repetiam os preconceitos que a sociedade já tem com relação ao criminoso, com relação a alguém que vai para a prisão” (Rauter, 1994, p. 21). A autora complementa sua análise, revelando que a principal contribuição desses pareceres e exames tem sido o prolongamento das penas criminais.

Da mesma forma, em relação a crianças e jovens, o processo de triagem, diagnóstico e encaminhamento para internatos e reformatórios serviu a um propósito semelhante, disse o desembargador Amaral: “época em que, na prática, de útil, nada se fazia além de estatística. Eram laudos e informações que acabavam facilitando a segregação, a exclusão, dos mais vulneráveis” (Silva, 1994).

Popolo (1996, p. 21) defende ser a Psicologia Jurídica um:

El estudio desde la perspectiva psicológica de conductas complejas y significativas en forma actual o potencial para el jurídico, a los efectos de su descripción, análisis, comprensión, crítica y eventual actuación sobre ellas, en función de lo jurídico.

O comportamento é complexo porque é moldado por uma vasta gama de fatores, conforme aponta:

Desde la misma perspectiva psicológica puede ser examinada a partir de distintos horizontes, como lo veremos en la pericia, al adoptar una perspectiva pericial multifactorial. Podemos analizar la conducta desde distintos factores: a) desde el contexto mínimo donde el hecho a estudiar ha tenido lugar, b) desde su contexto grupal, de familia de origen o familia actual, c) desde la conducta vista en un contexto más amplio como el de la comunidad donde la misma ha tenido lugar, y a partir de determinados constructos individuales (Popolo, 1996, p. 22).

Depois de levantar o conceito de Psicologia Jurídica definido por Popolo (1996), contudo, existem vários conceitos, a exemplo do Colégio Oficial de Psicólogos da Espanha:

La psicología Jurídica es un área de trabajo e investigación psicológica especializada cuyo objeto es el estudio del comportamiento de los actores jurídicos en el ámbito del Derecho, la Ley e la Justicia (1998, p. 109).

Bock, Furtado e Teixeira (1999, p. 21) sustentam que a Psicologia, por tratar-se de uma ciência recente, “não teve tempo ainda de apresentar teorias acabadas e definitivas, que permitam determinar com maior precisão seu objeto de estudo”.

O conceito acordado para fazer uma unificação nos variados objetos de estudo da Psicologia sustentou-se na subjetividade:

A subjetividade é a síntese singular e individual que cada um de nós vai construindo conforme vamos nos desenvolvendo e vivenciando as experiências da vida social e cultural; é uma síntese que nos identifica, de um lado, por ser única, e nos iguala, de outro lado, na medida em que os elementos que a constituem são experienciados no campo comum da objetividade social. Esta síntese – a subjetividade – é o mundo de idéias, significados e emoções construído internamente pelo sujeito a partir de suas relações sociais, de suas vivências e de sua constituição biológica; é, também, fonte de suas manifestações afetivas e comportamentais (Bock; Furtado e Teixeira, 1999, p. 23).

CONCLUSÃO

A partir da revisão de bibliografia, foi possível identificar que essa área desempenha um papel fundamental ao trazer uma visão mais profunda e humana para questões legais, contribuindo para decisões judiciais que consideram não apenas os aspectos legais, mas também as dinâmicas psicológicas e emocionais dos envolvidos.

Ao longo do estudo, observou-se que a PJ no Brasil se desenvolveu gradualmente, a partir das primeiras interações entre Psicologia e Direito no final do século XIX, até alcançar sua consolidação a partir da década de 1960. A oficialização da profissão e a criação de cursos de formação específica permitiram que os psicólogos jurídicos assumissem funções diversas, atuando em áreas como o Direito de Família, Penal, Civil, Trabalhista, e na proteção de crianças e de adolescentes. Cada uma dessas frentes apresenta desafios específicos, mas todas demonstram a necessidade de um olhar que vá além da interpretação estrita das leis.

O atuar dos psicólogos jurídicos é essencial para oferecer suporte técnico que auxilia na compreensão das questões subjetivas que permeiam os processos judiciais, desde a avaliação de testemunhos e elaboração de laudos até a mediação de conflitos e apoio psicológico a vítimas e infratores. Dessa forma, a contribuição desses profissionais permite que o Sistema de Justiça lide de maneira mais eficaz com a complexidade humana, promovendo uma aplicação da lei que busca não apenas julgar, mas também entender e transformar.

A Psicologia Jurídica estabeleceu-se como um campo essencial que preenche a lacuna entre o rigor do direito e a complexidade do comportamento humano. A evolução histórica da área demonstra que a justiça, para ser efetiva, precisa de uma compreensão mais profunda do indivíduo. A atuação do psicólogo jurídico, com seus laudos e pareceres, fornece ao sistema judicial uma visão contextualizada e informada, permitindo que as decisões judiciais considerem não apenas a letra da lei, mas também as motivações e o contexto dos envolvidos.

A análise da trajetória da Psicologia Jurídica revela sua consolidação como uma disciplina autônoma e indispensável. Ao integrar o saber psicológico ao ordenamento jurídico, a área não apenas enriquece a compreensão das dinâmicas sociais e comportamentais, mas também promove uma justiça mais humanizada. A atuação do psicólogo jurídico é fundamental para que o Direito possa ir além da norma, considerando a totalidade da experiência humana. A continuidade desse diálogo é vital para que a justiça seja uma prática que respeita a complexidade de cada indivíduo.

A análise empreendida sobre a Psicologia Jurídica revela sua consolidação como um campo de saber autônomo e de vital importância, cuja gênese, embora difusa, evidencia uma progressiva interseção entre o ordenamento jurídico e as ciências do comportamento. A evolução histórica, marcada pela superação do positivismo estrito e pela incorporação de uma visão multifacetada do indivíduo, culminou em uma especialidade capaz de abordar a subjetividade humana em suas complexas manifestações no âmbito forense.

O presente artigo demonstra que a atuação do psicólogo jurídico transcende a mera função pericial, configurando-se como um elemento mediador e facilitador da justiça. Ao fornecer ao magistrado laudos e pareceres que desvendam as nuances de uma realidade social, econômica e psicológica, o profissional da Psicologia instrumentaliza o Direito, permitindo que a aplicação da norma não se restrinja à literalidade, mas contemple o contexto integral e as motivações intrínsecas dos atores processuais.

A Psicologia Jurídica não é um apêndice do Direito, mas uma disciplina que, ao dialogar e enriquecer as práticas jurídicas, promove a efetivação de uma justiça mais equitativa e humana. A continuidade e o aprofundamento dessa simbiose são imperativos para que o Sistema de Justiça possa, de fato, refletir a complexidade da condição humana e cumprir seu papel de pacificação social de forma abrangente e informada.

Conclui-se, portanto, que a PJ se estabeleceu como um campo indispensável dentro do Sistema Judicial, fornecendo perspectivas que ajudam a compreender comportamentos e contextos que as normas legais por si só não conseguem abarcar completamente. A continuidade desse diálogo entre Psicologia e Direito será essencial para enfrentar os desafios futuros, garantindo que a justiça seja aplicada de maneira mais justa, humanizada e responsável.

Por fim, recomenda-se que estudos futuros continuem a explorar as diferentes dimensões da Psicologia Jurídica, investigando novos métodos e abordagens que possam aprimorar a atuação desses profissionais e, consequentemente, a qualidade das decisões judiciais. Somente com a valorização e a expansão dessa área será possível fortalecer a interseção entre justiça e comportamento humano, beneficiando não apenas os envolvidos diretamente nos processos, mas também a sociedade como um todo.

REFERÊNCIAS

- ALTOÉ, S. **Atualidade da Psicologia Jurídica**. Instituto de psicologia da UERJ. 2015
- ARANTES, E.- "Da Criança Infeliz a "Menor Irregular"- vicissitudes na arte de governar a infância", em : Jacó-Vilela et alli (org.) - **Histórias da Psicologia no Brasil**, Rio de Janeiro, UERJ/ NAPE, 1999.
- BERNARDI, D. C.Franco- "Histórico da inserção do profissional psicólogo no Tribunal de Juridica", RJ, Justiça do Estado de São Paulo" um capítulo da psicologia jurídica no Brasil. Em BRITO, L (Org.), **Temas de Psicologia jurídica** (pp.103-132). Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.
- BOCK, A. M. B., FURTADO, O., TEIXEIRA, M. L. **Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia**. São Paulo: Saraiva, 1999. 368p
- BRITO, L. M. Torraca de - "**Separando**": um estudo sobre a atuação do psicólogo nas Varas de Família", RJ, Relume-Dumará/UERJ, 1993.
- COLEGIO OFICIAL DE PSICÓLOGOS DE ESPAÑA. **Perfiles profesionales del psicólogo**. Madrid, 1998. 172p.
- DINIZ, B. K. L.; CARBÓ, P. A. Psicologia jurídica no Brasil. **Psicologia Social Jurídica**, p. 25.
- GOMES, R.; CONSTANTINO, D.; SANI, A. I. Interdisciplinaridade entre Psicologia e Direito: demandas e contribuições da psicologia jurídica. **Psicologia & Conexões**, v. 1, n. 1, 2018.
- GONÇALVES, H. S.; BRANDÃO, E. P. **Psicologia jurídica no Brasil**. Nau Editora, 2018.
- GRACIOLI, S. M. A.; PALUMBO, L. P. A Importância da Psicologia Jurídica e a Aplicação de Laudo Psicológico como motivação de Decisões judiciais no Direito de Família Brasileiro. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 11, p. 88590-88615, 2020.

LEAL, L. M. Psicologia Jurídica: história, ramificações e áreas de atuação. **Diversa**, ano I, - n. 2, p. 171-185, jul./dez. 2008.

MAIA, C. Y. M. A psicologia jurídica no direito da infância e da juventude. **Cabedelo, PB.: IESP, sn, 2018.**

MIRANDA JÚNIOR, H. C. (1998). Psicologia e justiça: a psicologia e as práticas judiciais na construção do ideal de justiça. **Psicologia: Ciência e Profissão**, 18(1), 28-37.

POPOLO, Juan H. del. **Psicologia judicial**. Mendonza: Ediciones Juridicas Cuyo, 1996. 475p.

PRETTO, M. A.; TRILHA, J. P.; THOMAZ, R. A. A IMPORTÂNCIA DO PSICÓLOGO NO JUDICIÁRIO. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 9, n. 9, p. 184-194, 2023.

RAUTER, C. - "Só Kafka Explica" em: Brito, L. Torracca (org.)- **Psicologia e Instituições de Direito: a prática em questão**, Rio de Janeiro, CRP-RJ /Comunicarte, 1994.

SAUNIER, R. (1999). Desafios de la psicología forense ante el nuevo milenio. In **Anais do III Congresso Iberoamericano de Psicologia Jurídica**, (pp.319-324). São Paulo: Associação Brasileira de Psicologia Jurídica/Asociación Iberoamericana de Psicología Jurídica. Recuperado em 20 julho, 2025, de www.bvs-psi.org.br/local/file/congressos/AnaisPgslntrod-artel.pdf.

SILVA, A. F. Do Amaral, "Direito do menor: uma posição crítica", em: Brito, L. Torracca (org.)- **Psicologia e Instituições de Direito: a prática em questão**, Rio de Janeiro, CRP-RJ /Comunicarte, 1994.

Recebido em: 30/07/25

Aprovado em: 10/10/25